
Nota Técnica de Política Pública

Entre Baku e Belém: Diretrizes do Mapa do Caminho para o financiamento climático na COP30

Janeiro 2026

Nota Técnica 02/2026



Ce
FiS

Centro de
Finanças
Sustentáveis

Autores

Fernanda Feil
fernandafeil@hub-cefis.com

Carmem Feijo
cfeijo@hub-cefis.com

Luiz Fernando de Paula
luizfpaula@hub-cefis.com

Pedro Ludovico
pedro.ludovico1@gmail.com

Sobre o Centro de Finanças Sustentáveis—CeFiS

O CeFiS é um centro de inteligência cuja missão é desenvolver e disseminar conhecimento técnico-científico, promover a formação de capacidades e apoiar a formulação de políticas públicas no campo das finanças sustentáveis. O CeFiS articula rigor acadêmico à prática aplicada, contribuindo para a construção de um sistema financeiro alinhado à transição verde sustentável.

<https://hub-cefis.com/>

Entre Baku e Belém: Diretrizes do Mapa do Caminho para o financiamento climático na COP30

Esta Nota Técnica, produzida pelo CeFiS, analisa o Roadmap Baku–Belém para US\$ 1,3 trilhão, documento da UNFCCC que propõe o mapa do caminho para mobilizar, até 2035, fluxos anuais de financiamento climático externo para países em desenvolvimento. A análise organiza os principais elementos do roadmap a partir dos 5Rs (eixos de ação financeira) e das 5Fs (frentes temáticas de financiamento), oferecendo uma visão estruturada dos atores, instrumentos e metas envolvidas.

O texto reconhece avanços na tentativa de alinhar finanças globais às metas do Acordo de Paris, especialmente ao dar maior ênfase à adaptação, perdas e danos, e transição justa. No entanto, destaca limitações importantes, como a modéstia da meta de US\$ 1,3 trilhão frente às necessidades reais e a dependência excessiva de capital privado. Por fim, a NT reforça que o roadmap deve ser lido como uma plataforma política em disputa, cujo impacto dependerá da capacidade dos países do Sul Global de pressionar por reformas estruturais na arquitetura financeira internacional.

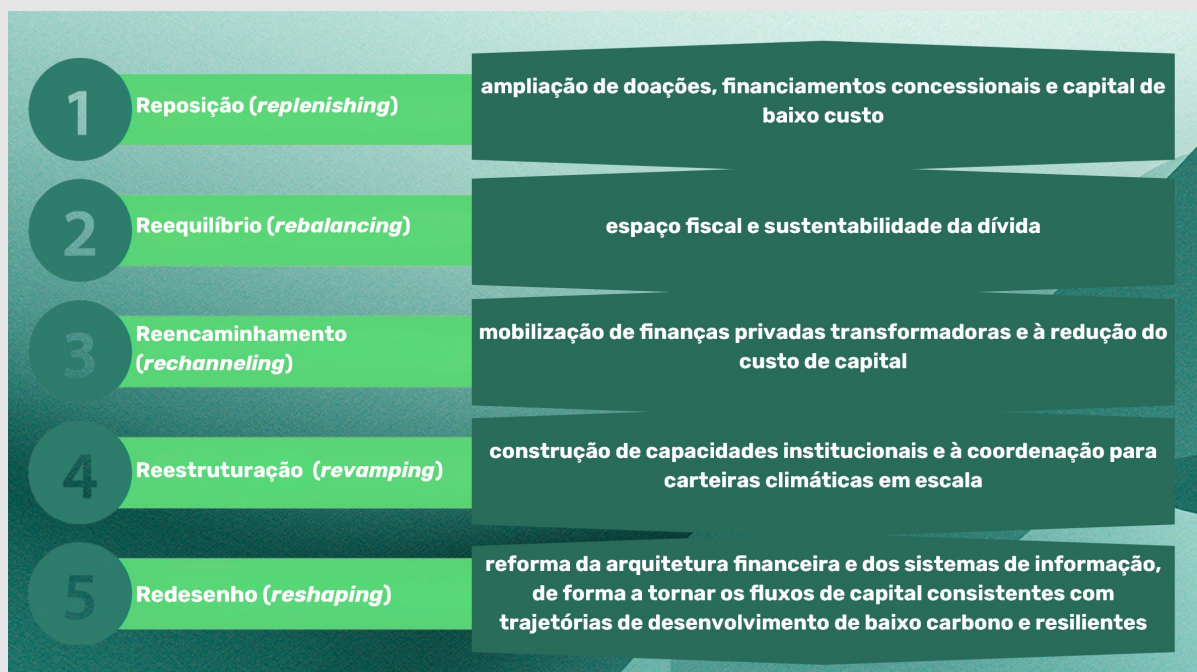
A realização da COP30 na Amazônia, em Belém do Pará, em 2025, insere o debate sobre financiamento climático em um contexto de forte tensão geopolítica, fragmentação do multilateralismo e urgência climática crescente em que a própria Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima é testada quanto à sua capacidade de produzir acordos que sejam simultaneamente ambiciosos, transparentes, equitativos e implementáveis. Nesse cenário, o primeiro Balanço Global do Acordo de Paris, o chamado Balanço Global ou *Global Stocktake*, concluiu que a trajetória atual das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs, para a sigla em inglês) é insuficiente para limitar o aquecimento a 1,5°C, o que implica uma necessidade de revisão estrutural das metas e, de forma inseparável, a necessidade de garantir financiamento adequado para a transição para uma economia de baixo carbono. Estruturalmente, isso requer uma profunda reconfiguração da arquitetura financeira internacional, com mudança no papel de suas instituições, e uma maior cooperação entre os autores e coordenação do processo. É necessária a ampliação de recursos concessionais, redução da dependência de fluxos puramente comerciais e maior atenção a setores subfinanciados.

É precisamente nesse contexto que se insere o *Roadmap Baku - Belém para US\$ 1,3 trilhão* documento elaborado no âmbito da UNFCCC após os acordos em Baku na COP29, que consolidaram o chamado Objetivo Financeiro de Baku, voltado a “transformar bilhões em trilhões” e que estabeleceu a aspiração de mobilizar pelo menos US\$ 1,3 trilhão anuais em fluxos externos de financiamento climático para países em desenvolvimento até 2035. Esse relatório organiza, de forma sistemática, um conjunto de frentes de ação em finanças e em temas setoriais, oferecendo um

quadro de referência coerente sobre iniciativas, instrumentos e pontos de alavancagem já em discussão, com o objetivo de orientar a convergência de atores públicos e privados em direção a essa meta financeira coletiva. A presente Nota Técnica (NT) busca sistematizar esse quadro, explicando o conteúdo dos cinco “Rs”, as cinco frentes temáticas de financiamento aqui reunidas como “5Fs”, a lógica por trás da meta de US\$ 1,3 trilhão anuais e os passos subsequentes sugeridos pelo *Roadmap*, de modo a criar uma base para análises críticas futuras sobre justiça climática, viabilidade política e implicações para o Brasil e o Sul Global.

Do ponto de vista metodológico, a NT se apoia diretamente no *Roadmap Baku–Belém para US\$ 1,3 trilhão* publicado pela UNFCCC em novembro de 2025, apresentando a arquitetura geral do *Roadmap*, com esta seção introdutória, três seções principais e uma conclusão que insere o esforço de financiamento na evolução do Acordo de Paris. A seção 1 da NT organiza as frentes de ação em finanças sob a forma dos cinco “Rs”: reposição de recursos, reequilíbrio, reencaminhamento, reestruturação de capacidades e redesenho de sistemas. Já a seção 2 trata de cinco frentes temáticas de financiamento, ligadas a adaptação e perda e dano, acesso à energia e transições, natureza e seus guardiões, agricultura e sistemas alimentares e transições justas. A seção 3, por sua vez, delineia entregas de curto prazo e elementos de acompanhamento. A NT objetiva, assim, apresentar o *Roadmap* de maneira organizada para um público que atua em políticas públicas, finanças sustentáveis e pesquisa aplicada, destacando quem são os principais atores em cada frente, quais instrumentos são considerados e de que maneira esses elementos se articulam para compor a meta anual de US\$ 1,3 trilhão em fluxos externos de fi-

Frentes de ação em finanças—5Rs



Elaboração dos autores

nanciamento climático para países em desenvolvimento até 2035. Por fim, a seção 4 conclui esta NT avaliando brevemente os méritos e pontos críticos da *Roadmap*.

Os 5 Rs como eixos de ação do financiamento climático

O ponto de partida da arquitetura do *Roadmap* são as cinco frentes de ação em finanças, os chamados 5Rs, que compõem uma espécie de “gramática financeira” para o período até 2035. Segundo o relatório, essas frentes são:

No campo da **reposição** (*replenishing*), o *Roadmap* enfatiza que é necessário elevar significativamente a oferta de recursos não reembolsáveis, financiamentos altamente concessionais e capital de baixo custo, especialmente para adaptação e para respostas a perdas e danos em paí-

ses em desenvolvimento, em particular pequenos estados insulares em desenvolvimento e países menos desenvolvidos, que enfrentam maiores vulnerabilidades e restrições de capacidade. A forma de atingir o objetivo envolve, de maneira articulada, a ampliação de aportes orçamentários dos países desenvolvidos a fundos climáticos multilaterais, como o Fundo Verde para o Clima, a recapitalização e flexibilização de mandatos de bancos multilaterais de desenvolvimento, a criação de janelas nacionais e regionais de crédito concessional em bancos públicos de desenvolvimento e o uso de instrumentos de finanças combinadas para reduzir o risco percebido e o custo do capital em setores prioritários. Os principais atores são, nesse caso, os ministérios de finanças dos países doadores, que definem os volumes de ajuda e de capitalização; os bancos multilaterais e regionais de desenvolvimento, que operacionalizam janelas concessórias e esquemas de cofinancia-

mento; os fundos climáticos, que estruturam programas focalizados em países vulneráveis; e os bancos nacionais de desenvolvimento, que canalizam esses recursos para carteiras de investimento locais.

No eixo do **reequilíbrio** (*rebalancing*), o enfoque desloca-se para o espaço fiscal e a sustentabilidade da dívida, reconhecendo que muitos países em desenvolvimento apresentam níveis elevados de endividamento, exposição a choques externos e prêmios de risco que encarecem a transição verde. O *Roadmap* aponta a necessidade de combinar instrumentos como cláusulas de dívida resiliente ao clima (*climate-resilient debt clauses*), reestruturações soberanas que incorporem critérios climáticos, operações de troca de dívida por clima ou por natureza, e uma utilização mais estratégica de Direitos Especiais de Saque do Fundo Monetário Internacional (FMI), de forma a liberar espaço fiscal e reduzir a vulnerabilidade a choques. A trajetória para esse reequilíbrio supõe negociações entre devedores e credores no âmbito do FMI, do Banco Mundial, de coordenação de credores oficiais e de comitês de credores privados, bem como a revisão das metodologias de análise de sustentabilidade de dívida para reconhecer o papel de investimentos em adaptação e mitigação na redução de riscos futuros, o que exigirá participação ativa de ministérios de finanças de países em desenvolvimento, bancos centrais, agências de gestão da dívida e agências de classificação de risco na redefinição de parâmetros e horizontes temporais usados nas avaliações.

O eixo do **reencaminhamento** (*rechanneling*) concentra-se na transformação das finanças privadas e na redução do custo de capital para investimentos climáticos em países em desenvolvimento. Frentes de ação em finanças - os 5Rs

conhecendo que, apesar do aumento dos fluxos privados para energias renováveis e outros setores, os recursos ainda se concentram em poucas regiões e projetos de baixo risco. O *Roadmap* destaca a importância de estruturas como garantias de crédito e risco político fornecidas por bancos multilaterais de desenvolvimento e agências de crédito à exportação, fundos de finanças combinadas com diferentes camadas de risco, títulos sustentáveis e empréstimos vinculados a sustentabilidade, além de plataformas de preparação de projetos e de formação de carteiras que reduzam custos de transação e aumentem a previsibilidade para investidores institucionais. Para tal propósito ser alcançado, é preciso que bancos de desenvolvimento assumam um papel mais ativo na oferta de garantias e capital subordinado, que investidores institucionais, como fundos de pensão e seguradoras, incorporem metas climáticas em seus portfólios e que reguladores financeiros alinhem normas de solvência, posição cambial e gestão de risco às trajetórias de baixo carbono e resilientes, sem comprometer a estabilidade sistêmica.

A frente de **reestruturação** de capacidades e coordenação (*revamping*) trata da capacidade de países em desenvolvimento de estruturarem carteiras climáticas em escala, com *pipelines* consistentes de projetos e programas integrados a planos nacionais de desenvolvimento, NDCs e Planos Nacionais de Adaptação. O *Roadmap* sublinha que lacunas de dados, de planejamento e de capacidade de formulação de projetos muitas vezes impedem que as necessidades expressas em documentos estratégicos se convertam em carteiras financiáveis, o que se manifesta, por exemplo, no número ainda limitado de Planos Nacionais de Adaptação formalmente submetidos à UNFCCC e na dificuldade de rastrear fluxos de financiamento

para adaptação em nível nacional. A trajetória sugerida envolve o fortalecimento de capacidades em ministérios de planejamento, meio ambiente, energia, agricultura e finanças, a criação ou consolidação de unidades nacionais de financiamento climático, o apoio a governos subnacionais e cidades na estruturação de projetos de infraestrutura verde, e a cooperação com agências multilaterais e bancos de desenvolvimento na preparação de projetos, no uso de ferramentas como marcação orçamentária climática e na transposição de NDCs e planos de adaptação em carteiras de investimento alinhadas a prioridades nacionais. O documento enfatiza ainda a necessidade de fortalecer bancos nacionais de desenvolvimento e agências de financiamento, reconhecidos como atores centrais na identificação de *pipelines*, na preparação e estruturação de projetos e na capacidade de dialogar com investidores e instituições internacionais. Aponta também que os esforços de capacitação devem ser direcionados especificamente a esses bancos nacionais de desenvolvimento, permitindo que atuem de maneira mais eficaz nos mercados de capitais e nos processos de mobilização financeira. Além disso, o *Roadmap* recomenda que a co-criação de pipelines de investimento seja feita conjuntamente com bancos públicos de desenvolvimento, instituições financeiras de desenvolvimento, bancos multilaterais e investidores privados, reforçando uma lógica de atuação coordenada.

Por fim, o eixo do **redesenho** de sistemas e estruturas (*reshaping*), volta-se a reformas mais amplas da arquitetura financeira e dos sistemas de informação, de forma a alinhar fluxos financeiros com as metas do Acordo de Paris, reforçando transparência, coerência de taxonomias e integração de riscos e oportunidades climáticas em práticas prudenciais, de supervisão e de

análise de crédito. O *Roadmap* reconhece a necessidade de aperfeiçoar metodologias de agências de *rating* para incorporar riscos climáticos e benefícios de investimentos em resiliência e mitigação, bem como de buscar interoperabilidade entre taxonomias de finanças sustentáveis, preservando prioridades nacionais, mas caminhando na direção de um enquadramento global compatível com a ciência e com o Acordo de Paris, o que é particularmente importante para o acesso de países em desenvolvimento a financiamento sustentável.

Nessa frente, atores centrais incluem bancos centrais, reguladores prudenciais, *standard-setters* internacionais e plataformas de dados, além de redes de supervisores financeiros que trabalham na integração de risco climático e de natureza em políticas financeiras. As regras prudenciais, incluindo o Basileia III e estruturas relacionadas, devem ser recalibradas para reconhecer o efeito de redução de risco das garantias de bancos multilaterais de desenvolvimento, de ativos verdes de longo prazo e de investimentos que aumentam resiliência, que hoje podem ser penalizados sob as regras vigentes. Além disso, o *Roadmap* observa que metodologias prudenciais devem considerar, de modo proporcional ao risco, o tratamento de financiamentos de projeto e o desempenho histórico de instituições multilaterais, incluindo o papel de garantias e créditos aprimorados. O *Roadmap* assinala também que alguns bancos centrais, dentro de seus mandatos, vêm testando formas práticas de apoiar investimentos em setores de baixa emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) e resilientes ao clima, incorporando critérios climáticos em operações de política monetária e gestão de reservas, e explorando programas de ativos verdes ou facilidades de crédito verde.

As 5 frentes de financiamento (5 Fs) e prioridades temáticas

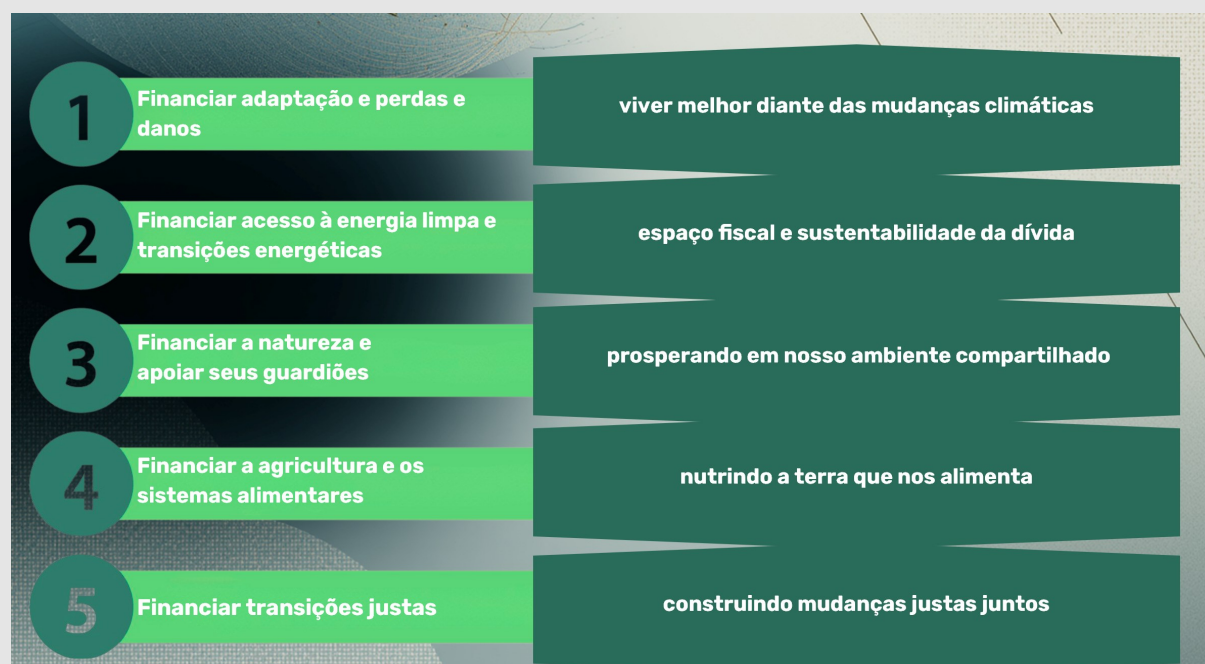
Articulada com esses cinco eixos de finanças, a Parte 2 do *Roadmap* organiza cinco frentes temáticas de financiamento, que aqui são consolidadas como 5Fs:

No caso da **adaptação e de perda e dano**, o *Roadmap* enfatiza que se trata de uma prioridade crítica para países em desenvolvimento expostos a riscos climáticos crescentes, com necessidades de financiamento para adaptação e resiliência estimadas em uma faixa central plausível de US\$ 310 a US\$ 365 bilhões anuais até 2035, em preços de 2023, além de necessidades adicionais de cerca de US\$ 300 bilhões por ano para tornar o setor privado mais resiliente a impactos climáticos. Ao mesmo tempo, fluxos internacionais de financiamento público para adaptação permanecem muito aquém dessas neces-

sidades, com o *Relatório de Lacuna de Adaptação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente* indicando que o financiamento rastreado em 2023 foi de apenas US\$ 26 bilhões para países em desenvolvimento, com crescimento anual abaixo do necessário para cumprir a meta da COP26, de Glasgow em 2021, de dobrar o financiamento de adaptação até 2025.

Na frente de financiamento de **acesso à energia e transições energéticas**, o *Roadmap* parte do diagnóstico de que mais de 70% das emissões globais de GEE decorrem da produção e consumo de energia, e que a transição energética é simultaneamente uma condição de mitigação, um vetor de resiliência e uma base para o desenvolvimento econômico e social, sobretudo em países em desenvolvimento que ainda enfrentam déficits de acesso à eletricidade e à energia moderna. O relatório indica que, segundo a Agência Internacional de Energia (IEA), o alinhamento com

Eixos de Financiamento — 5Fs



uma trajetória de neutralidade de emissões de GEE e outras metas de desenvolvimento sustentável relacionadas à energia exigirá que o financiamento externo anual para países em desenvolvimento atinja cerca de US\$ 800 a US\$ 900 bilhões por ano até meados da década de 2030. O montante e a rapidez com que os valores precisam ser mobilizados evidenciam a magnitude do desafio de ampliar fluxos públicos e privados e reduzir o custo de capital para projetos de energia limpa, redes de transmissão, armazenamento e eletrificação de transportes.

A frente de financiamento para **natureza e apoio a seus guardiões** destaca a interdependência entre ação climática e fechamento da lacuna de financiamento para natureza e biodiversidade. Os investimentos em natureza em países em desenvolvimento precisam crescer para US\$ 250 bilhões anuais até 2030 e US\$ 350 bilhões até 2035, se quisermos cumprir metas como conservar 30% da terra e do oceano até 2030, eliminar US\$ 500 bilhões em subsídios prejudiciais ao meio ambiente e mobilizar US\$ 200 bilhões anuais para biodiversidade, conforme o Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal. O *Roadmap* observa que povos indígenas, comunidades locais e mulheres, frequentemente reconhecidos como os melhores gestores de ecossistemas, continuam subfinanciados, o que exige mecanismos de financiamento que assegurem seus direitos e direcionem recursos por meio de arranjos de governança local, aumentando a efetividade e a durabilidade dos resultados de conservação.

No campo da **agricultura e dos sistemas alimentares**, o *Roadmap* ressalta que melhorar a segurança alimentar e nutricional e erradicar a fome é prioridade fundamental do Acordo de Paris, mas que a agricultura permanece severamente subfi-

nanciada em relação à sua vulnerabilidade climática e ao seu potencial de mitigação, com necessidades anuais estimadas em US\$ 201 bilhões apenas com base nas NDCs de países em desenvolvimento, sendo que algumas estimativas apontam para uma lacuna de financiamento da ordem de US\$ 1 trilhão anuais até 2030. Apenas cerca de 7% do financiamento climático atual é direcionado a sistemas agroalimentares, com predominância de fontes domésticas e, em muitos casos, substituição de doações por empréstimos, sobretudo na África, o que sugere a necessidade de expandir fortemente o uso de crédito rural, financiamento concessional, incentivos direcionados e mecanismos de finanças combinadas para desencadear práticas agrícolas resilientes e de baixo carbono, ao mesmo tempo em que se reveem subsídios prejudiciais e se estrutura apoio específico a agricultores familiares, pescadores, comunidades tradicionais e mulheres.

A frente de financiamento para **transição justa**, por sua vez, parte do reconhecimento de que o sucesso da ação climática dependerá da implementação de NDCs, Planos Nacionais de Adaptação e outros planos climáticos nacionais socialmente inclusivos e justos, colocando pessoas no centro das transformações. O *Roadmap* nota que gastos com transição justa em países em desenvolvimento precisarão aumentar de cerca de US\$ 10 bilhões anuais hoje para US\$ 50 bilhões por ano até 2035, valor relativamente pequeno quando comparado com as necessidades de energia limpa ou adaptação, mas considerado catalítico por sustentar a dimensão política da transição e proteger populações vulneráveis. As prioridades de investimento abrangem proteção social, reconversão produtiva, formação de mão de obra, criação de novas oportunidades de trabalho decente e mecanismos de parti-

cipação social em processos de reforma, incluindo reforma de subsídios ineficientes e políticas setoriais em setores como energia, transportes, agricultura e indústria pesada.

Essas cinco frentes temáticas não existem isoladamente, mas dependem de combinações específicas dos 5Rs: por exemplo, *adaptação e perda e dano* exigem forte **reposição** por meio de doações e financiamentos concessionais, combinada com **reequilíbrio** de dívidas e reformas de sistema que reduzam o custo de capital, enquanto *energia limpa* depende fortemente do **reencaminhamento** de finanças privadas, ancorado em garantias e mecanismos de redução de risco, e *agricultura* demanda **reestruturação** de capacidades e coordenação entre bancos públicos de desenvolvimento e atores locais, de forma a conectar fluxos internacionais à realidade de pequenos produtores.

A meta de pelo menos US\$ 1,3 trilhão anuais em financiamento climático externo para países em desenvolvimento até

2035 é apresentada no *Roadmap* como um objetivo de fluxo, associado ao novo objetivo coletivo quantificado de financiamento climático, que substitui o antigo compromisso de US\$ 100 bilhões anuais da COP15 de Copenhague, nunca integralmente cumprido. Este objetivo também toma como referência estimativas de necessidades agregadas de investimento em mitigação, adaptação, natureza e transição justa em países em desenvolvimento. O documento lembra que as necessidades totais são de ordem muito superior, da casa de trilhões de dólares ao ano, mas argumenta que, se devidamente estruturado, o objetivo de US\$ 1,3 trilhão pode funcionar como vetor de mudança da arquitetura financeira, ao combinar aumentos de recursos públicos, reformas de dívida, mecanismos tributários internacionais e mobilização de capital privado por meio de estruturas de risco compartilhado, sem pretender substituir os processos negociais sobre o novo objetivo coletivo, que permanecem dirigidos pelas Partes.



Caminhos para os US\$ 1,3 trilhão e próximos passos

A seção sobre caminhos de financiamento para US\$ 1,3 trilhão compila, de forma ilustrativa, possibilidades de geração de recursos adicionais por meio de contribuições orçamentárias diretas de países desenvolvidos, de recanalização e potencial nova emissão de Direitos Especiais de Saque, de mecanismos de precificação de carbono, inclusive com taxa sobre emissões de GEE em setores como aviação e transporte marítimo internacional, de reformas tributárias, incluindo impostos sobre transações financeiras e acordos de tributação mínima corporativa, e de formas de tributação sobre riqueza, sempre ressaltando que essas estimativas são indicativas e dependem de decisões políticas multilaterais que ainda estão “em construção”.

O *Roadmap* sublinha que sua intenção não é criar esquemas inteiramente novos, mas fornecer um mapa das iniciativas e ideias existentes, de forma a facilitar que atores políticos, financeiros e da sociedade civil identifiquem combinações viáveis de medidas que, tomadas em seu conjunto, poderiam permitir que o sistema de financiamento climático alcance pelo menos US\$ 1,3 trilhão anuais em fluxos externos para países em desenvolvimento até 2035.

No horizonte de implementação, o *Roadmap* apresenta um conjunto de entregas de curto prazo que devem orientar os próximos anos de negociações e ações, incluindo a necessidade de integrar o mandato do Balanço Global, que exige revisão e re-

forço de metas e meios de implementação, com o novo objetivo coletivo de financiamento, além de garantir que a elaboração das NDCs para 2035 e dos Planos Nacionais de Adaptação venha acompanhada de estratégias claras de financiamento e de propostas articuladas de uso dos 5Rs e dos 5Fs. O texto enfatiza que a implementação das NDCs apresentadas na COP, bem como os planos de adaptação, constituem um quadro plausível de necessidade de financiamento. No entanto, sem expectativas concretas sobre como o US\$ 1,3 trilhão anuais serão mobilizados e direcionados, os investimentos não se realizarão. Assim, a implementação do *Roadmap* é apresentada como um “mutirão global” contra a mudança do clima, que deve envolver governos, instituições financeiras, setor privado e sociedade civil.

Nesse contexto, esta NT cumpre o papel de oferecer um quadro descritivo e sistemático do Roadmap Baku-Belém, servindo como base de leitura os que desejem compreender, com maior precisão, o que significam os 5Rs enquanto frentes de ação em finanças, como os 5Fs organizam as prioridades temáticas de financiamento e de que forma a meta de US\$ 1,3 trilhão se ancora em caminhos de financiamento possíveis. A partir desse mapa, análises posteriores poderão questionar a suficiência dos volumes propostos, a distribuição regional e setorial dos recursos, os riscos de aprofundamento de assimetrias na arquitetura financeira internacional, as oportunidades para que países como o Brasil exerçam liderança propositiva na COP30 e no período subsequente, bem como a compatibilidade entre os mecanismos delineados e uma transição que seja, ao mesmo tempo, verde, justa, soberana e socialmente ancorada em direitos.

Sugestões de Curto Prazo para implementação do Mapa do Caminho(2026-2028)

Criação de um grupo de especialistas independentes para refinar dados e desenvolver trajetórias de financiamento até 2035, com primeiro relatório em 2026	Fundos climáticos multilaterais podem reportar anualmente sobre implementação de estruturas de complementaridade e coerência, desenvolvendo quadros de monitoramento e coordenação.	Agências de rating podem desenvolver uma plataforma estruturada de diálogo com Ministérios da Fazenda para revisões em metodologias, incluindo riscos climáticos.	Filantropias podem ampliar apoio técnico e institucional no início de novas plataformas nacionais de financiamento climático até 2026.	A indústria de seguros pode trabalhar com o V20 e países vulneráveis para reduzir o gap de proteção através de instrumentos pré-arranjados até 2026
Países desenvolvidos devem considerar trabalhar em um plano de entrega e comunicar trajetórias para alcançar a meta de 300 bilhões/ano até 2035, incluindo elementos de adaptação e acesso a financiamento.	Bancos multilaterais de desenvolvimento devem explorar como alcançar um novo objetivo aspiracional de financiamento climático até 2035, incluindo reformas de capital e injeções até 2027.	O Working Group convocado pelo Secretário-Geral da ONU deve propor princípios voluntários para empréstimos e endividamento responsável, com implementação até 2026.	. Colaboração entre Convenções do Rio pode gerar relatório conjunto sobre instrumentos econômicos para cobenefícios e eficiência até 2027.	FSB, BCBS e IAIS podem conduzir avaliação conjunta sobre como remover barreiras à mobilização de investimento em países em desenvolvimento sem prejudicar a estabilidade financeira até 2027.
Governos podem pedir que entidades da ONU examinem oportunidades de harmonização de serviços comuns para reduzir fragmentação.	O FMI pode conduzir uma avaliação sobre custos e viabilidade de uma nova emissão de SDRs para fins climáticos até 2027.	Comissões Econômicas Regionais da ONU podem avaliar o potencial para ampliar debt-for-climate e debt-for-nature swaps até 2027.	Escolha os melhores canais para se conectar e envolver seu público-alvo.	FSB, BCBS e IAIS podem conduzir avaliação conjunta sobre como remover barreiras à mobilização de investimento em países em desenvolvimento sem prejudicar a estabilidade financeira até 2027.

Fonte: Roadmap Baku to Belém—Elaboração dos autores

Conclusão

O *Roadmap* Baku–Belém para US\$ 1,3 trilhão representa um avanço relevante no debate internacional sobre financiamento climático ao oferecer uma arquitetura relativamente coerente para enfrentar a lacuna entre ambição climática e meios de implementação. Sua principal virtude está em reconhecer explicitamente que o problema não é apenas de volume de recursos, mas de funcionamento sistêmico da arquitetura financeira internacional. Ao articular os 5Rs como uma “gramática financeira” comum e conectá-los às 5 frentes temáticas de financiamento, o *Roadmap* supera abordagens fragmentadas e cria um vocabulário compartilhado que facilita o diálogo entre ministérios de economia e finanças, bancos multilaterais, reguladores, setor privado e formuladores de políticas públicas. Além disso, ao enfatizar adaptação, perdas e danos, natureza e transição justa, o documento responde parcialmente a críticas históricas de que o financiamento climático tem sido excessivamente concentrado em mitigação e em projetos bancáveis de baixo risco.

Apesar desses méritos, o *Roadmap* apresenta algumas limitações importantes. A meta de US\$ 1,3 trilhão, embora politicamente ambiciosa em comparação com o compromisso não cumprido de US\$ 100 bilhões, permanece modesta diante das necessidades reais, que o próprio texto reconhece estar na ordem de vários trilhões de dólares anuais. Ao se definir como um objetivo de fluxo externo, o *Roadmap* corre o risco de reforçar uma lógica de dependência financeira dos países do Sul Global, sem enfrentar de maneira mais direta os determinantes estruturais da desigualdade financeira internacional, como assimetrias monetárias, volatilidade cambial e regimes de comércio e investimento que limitam o espaço de políticas dos países em desenvolvimento.

Desta forma, as propostas do *Roadmap* ganham mais poder de alcance ao serem aliadas a uma discussão mais ampla sobre a necessidade de modernizar o sistema financeiro mundial, ou seja, ao incluir a perspectiva de que é preciso transformar a arquitetura financeira global para que os fluxos de capital apoiem de forma escalável e sustentável a transição climática.



Nesse sentido, o *Roadmap* deveria considerar outras dimensões.

De um lado, deveria considerar reformar os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento. Vale lembrar que a COP30 aprovou compromissos explícitos para acelerar reformas nos MDBs com foco em ampliar os recursos concessionais, simplificar acesso ao financiamento (especialmente para países vulneráveis), e mobilizar instrumentos inovadores como garantias e financiamentos mistos que alavanquem capital privado sem sobrecarregar dívida pública. Essas reformas buscam superar as limitações tradicionais dessas instituições, que muitas vezes oferecem capital em termos que não atendem às necessidades de mitigação e adaptação climática dos países do Sul Global.

De outro, a relação dos bancos multilaterais com os bancos de desenvolvimento deve ser aperfeiçoada. O *Roadmap* incentiva os MDBs, instituições financeiras públicas e bancos de desenvolvimento nacionais a colaborar e reformular seus modelos de negócios. Essas reformas visariam construir mercados financeiros domésticos mais resilientes e alinhados com objetivos climáticos, fortalecendo a capacidade dos países de receber e aplicar recursos de forma eficaz. Essas considerações apontam para a necessidade de reformas profundas nas instituições financeiras públicas para que o financiamento climático possa ocorrer de forma coordenada e atender de forma mais eficiente o financiamento à mitigação e à adaptação, reduzindo riscos e custos para países vulneráveis.

Outro ponto crítico é o forte peso atribuí-

do à mobilização de finanças privadas, especialmente no eixo do reencaminhamento. Embora garantias, finanças combinadas e redução do custo de capital sejam instrumentos relevantes, o *Roadmap* tende a assumir que ajustes regulatórios e mitigação de riscos serão suficientes para redirecionar volumes significativos de capital privado para países e setores historicamente negligenciados. Essa aposta pode subestimar a persistência de aversão ao risco em contextos de alta vulnerabilidade climática.

No campo da justiça climática, o *Roadmap* avança ao reconhecer a centralidade de povos indígenas, comunidades locais e transição justa, mas permanece relativamente vago quanto a mecanismos concretos de acesso direto a recursos, participação decisória e salvaguardas contra novos ciclos de endividamento. A ênfase em reformas de metodologias de *rating* e regras prudenciais é promissora, mas depende de processos técnicos e políticos lentos, cujo impacto no curto prazo é incerto.

Por fim, o *Roadmap* funciona mais como um mapa de possibilidades do que como um plano de execução vinculante. Sua eficácia dependerá de decisões políticas que extrapolam o âmbito da UNFCCC, especialmente em fóruns financeiros dominados por países desenvolvidos. Assim, o *Roadmap* Baku–Belém deve ser visto menos como uma solução definitiva e mais como uma plataforma de disputa política: seu valor real estará na capacidade de países do Sul Global, como o Brasil na COP30, de utilizá-lo para pressionar por reformas mais profundas, volumes adicionais de recursos e uma transição climática efetivamente justa e soberana.